

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.504 - SP (2019/0038403-3)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : IACI OLIVEIRA GAZZILLO**  
**AGRAVANTE : VICTÓRIA MARIA ROMERO**  
**AGRAVANTE : MARIA BEATRIZ MOTTA DIOMEDE BONELLI**  
**AGRAVANTE : MARIA ZILDA ARMOND DI GIORGI**  
**AGRAVANTE : MARIA AURELIA MACIEL ROSSI MORA**  
**AGRAVANTE : EDWIRGES PALO HAIDAMUS**  
**AGRAVANTE : DARCI MISTRETA RAGHI DE ALMEIDA**  
**AGRAVANTE : LELA CHADDAD YAMIN**  
**AGRAVANTE : ELZA HELENA SCHMIDT CURY**  
**AGRAVANTE : MARIA ANGELA NOVAES STEMPPER**  
**AGRAVANTE : ZELIA PINTO BANDEIRA**  
**AGRAVANTE : ESTHER PINTO BANDEIRA DOS SANTOS**  
**AGRAVANTE : MARCIA PACIELLO**  
**AGRAVANTE : LILIA JARUSSI FIGLIOLIA**  
**AGRAVANTE : ADELIA DE OLIVEIRA ALMEIDA DINIZ**  
**AGRAVANTE : GISELDA DE MAGALHAES GABRIEL**  
**AGRAVANTE : REGINA CELIA BERTOLLA ALLOCCA**  
**AGRAVANTE : CECILIA DOS ANJOS PAULA**  
**AGRAVANTE : RAMEZE ELIAS**  
**AGRAVANTE : ANA MARIA ALVES BENETTI**  
**AGRAVANTE : ELIANA MELUCI**  
**AGRAVANTE : HELENA MELUCI**  
**AGRAVANTE : VERA MARTHA NOGUEIRA DE NARDI BONAFE**  
**AGRAVANTE : YARA DE CARVALHO FACCHINI**  
**AGRAVANTE : AKLI QUEIROZ DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : IVA NOR GOMES DA COSTA**  
**AGRAVANTE : LILIAN OLIVEIRA PUJOL**  
**AGRAVANTE : VIVIANA FENERICH ASTURIANO SCHLITTLER**  
**AGRAVANTE : FAUSTO ROBERTO DA SILVA SCHLITTLER**  
**AGRAVANTE : ANNA MARIA BARTHOLOMEU FRANCHI**  
**AGRAVANTE : AMERIS CHEAD HADDAD PIRES**  
**AGRAVANTE : GILDA LAGANA PINTO**  
**AGRAVANTE : VANDA REGINA GIANCOLI**  
**AGRAVANTE : JUSSARA EULINA BERTOLLI**  
**AGRAVANTE : MARIA IZABEL SANCHES**  
**ADVOGADOS : HORÁCIO LUIZ AUGUSTO DA FONSECA - SP033562**  
**RAFAEL NEY FONSECA - SP242671**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : PAULO EDUARDO RODRIGUES NETO E OUTRO(S) -**  
**SP289892**

## **DECISÃO**

# Superior Tribunal de Justiça

Trata-se de agravo manejado por **Iaci Oliveira Gazzillo e Outros** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 537):

*Agravo de Instrumento - Processual Civil - Execução contra o Município de São Paulo Decisão que determina a elaboração de novos cálculos - Recurso dos exequentes - Desprovemento de rigor.*

*1. Não há óbice para a elaboração de novos cálculos porque efetivamente não se poderia excluir a aplicação da Lei Municipal nº 12.397/97 conforme disposição do Acórdão exequente sem que tenha o apontado julgado do C. STJ tratado especificamente do tema e, portanto, inexistente ofensa à coisa julgada mas, ao contrário, o seu prestígio.*

*2. Possibilidade de compensação dos valores pagos eventualmente à maior por meio de simples retificação de precatório.*

*Decisão mantida - Recurso desprovido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 631/636).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 503, 504, I, do CPC/2015 e 6º, § 3º da LINDB. Sustenta, em síntese, que *"a decisão do STJ no AI nº 712.452/SP deve prevalecer sobre a decisão na apelação TJSP nº 9148016-93.2007.8.26.0000 porque transitada em julgado primeiramente, formando coisa julgada. (...) Assim, enquanto não for rescindida a primeira decisão, é ela que deve prevalecer, em respeito à coisa julgada, no caso a decisão do STJ no AI no 712.452, que determinou a não aplicação ao caso dos autos da Lei municipal nº 12.397/97."* (fls. 577/578)

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Colhe-se do acórdão a seguinte fundamentação, *in verbis* (fls. 538/539):

*Não comporta reforma a r. decisão recorrida.*

*Isto porque, conquanto deveras elogiável o esforço e incontestável erudição dos subscritores da minuta de agravo, não vicejam seus argumentos pela não aplicação da Lei Municipal nº 12.397/97.*

*De prêmio, no que toca ao apontado Acórdão do C. STJ nº AI*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*nº 712.452 de sua leitura fácil observar que, efetivamente, não tratou diretamente do tema ora debatido, haja vista que tratou da incidência da Lei Municipal nº 12.397/97 e relativo a pretendido reajuste nos vencimentos dos autores para o mês de fevereiro de 1995, cf. fls 228/229.*

*De outra parte, no Acórdão da lavra deste Desembargador, cuja votação fora unânime nesta 6ª Câmara de Direito Público se tratou do reajuste para os meses de outubro a dezembro de 1994 oportunidade em que restou reconhecida a possibilidade de aplicação da Lei Municipal nº 12.397/97 dada a recomposição por ela preconizada para tais meses, cf. fls 121/128.*

*Inexiste, assim, ofensa à coisa julgada mas, ao contrário, seu prestígio porque determinada a observância do quanto decidido no Acórdão desta 6ª Câmara de Direito Público.*

*Por derradeiro não há óbice para a compensação dos valores já recebidos pelos autores-agravantes a se proceder por simples retificação do precatório.*

*E isso porque o apontado Acórdão nº 712/452 do C. STJ não serviu de suporte para o apontado pagamento e, portanto, não se podendo falarem recebimento de boa-fé de crédito de natureza alimentar.*

*Aliás, ainda que os pagamentos tivessem decorrido de decisão judicial ainda assim possível o pleito pela devolução dos valores eventualmente pagos à maior.*

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos e de legislação local, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 7/STJ e 280/STF.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

